

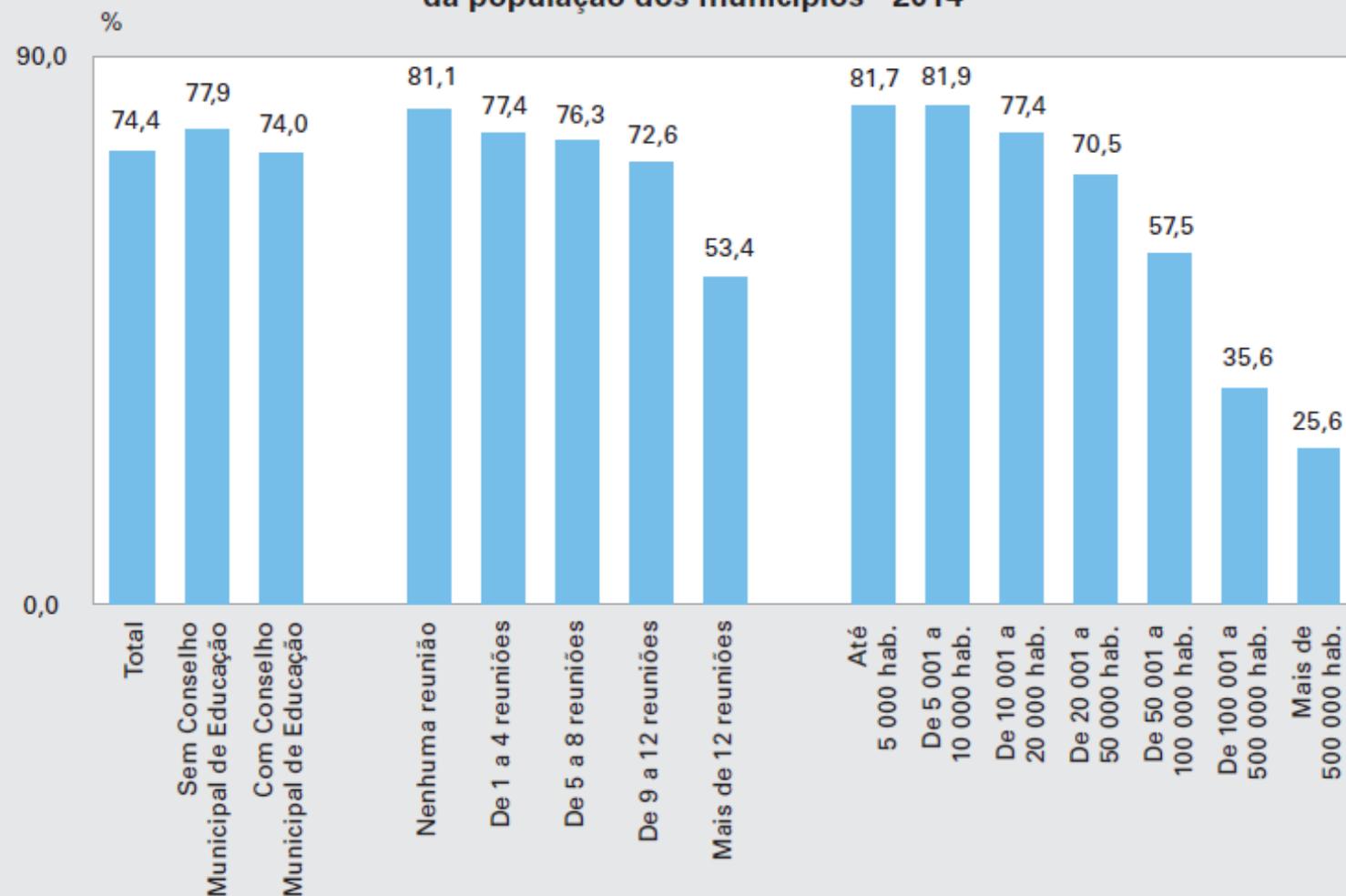
**Pesquisa de  
Informações Básicas  
Estaduais e Municipais  
2014**

# Educação

- **Todas as Unidades da Federação e todos os municípios possuíam estrutura organizacional para tratar a política de educação;**
- **Todos os gestores estaduais tinham ensino superior completo ou pós-graduação. Entre os gestores municipais, 95,0%;**
- **Predominância do método da indicação política para nomeação de diretores (74,4% dos municípios)**

- **Em 16 Unidades da Federação a nomeação de diretores é feita através de eleição e em 11 por indicação;**
- **A presença de conselhos ativos de educação está relacionada com avanços na gestão democrática, como o caso do Plano de Carreira para o Magistério.**

**Gráfico 15 - Percentual de municípios com nomeação dos diretores de escola somente por indicação, segundo a existência de Conselho Municipal de Educação - CME, o número de reuniões do CME nos últimos 12 meses e as classes de tamanho da população dos municípios - 2014**

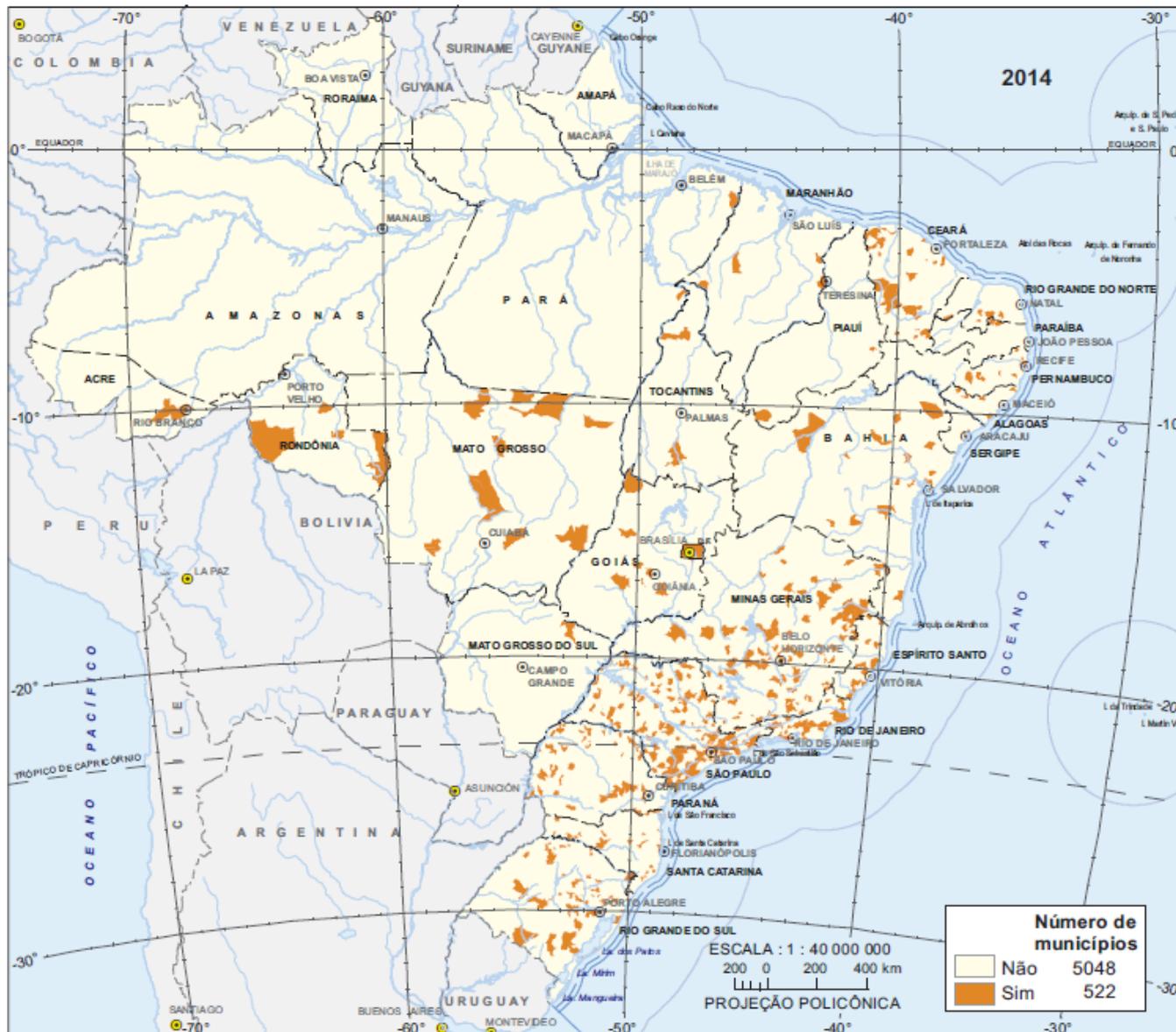


Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2014.

# Saúde

- **Dos gestores estaduais, 9 tinham ensino superior completo e 18 pós-graduação. Entre os gestores municipais, 39,0% tinham nível superior completo e 34,9%, pós-graduação;**
- **Dos municípios, 4 924 (88,0%) que tinham estabelecimentos de saúde sob sua responsabilidade, em 522 tinham estabelecimentos administrados por terceiros. Nas UFs, 17 tinham estabelecimentos com esse tipo de administração**

# Cartograma 10 - Municípios com estabelecimentos de saúde sob sua responsabilidade, administrados por terceiros - 2014



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2014 e Diretoria de Geociências, Coordenação de Geografia.

- **Em todas as Unidades da Federação com estabelecimento público estadual que realizavam parto hospitalar, esses estabelecimentos tinham interligação com cartório ou um posto de cartório nas unidades;**
- **Em 49,6% (2763) dos municípios havia estabelecimentos de saúde que realizavam parto hospitalar e 46,8% destes tinham interligação com cartórios;**

- **8,7% dos municípios tinham estabelecimento público ou conveniado ao SUS com serviço de nefrologia (hemodiálise) e em 93,4% dos municípios não havia estabelecimento público ou conveniado ao SUS com leitos de UTI neonatal.**

# Direitos humanos

- Segundo os dados da ESTADIC, todas as 27 Unidades da Federação apresentaram órgão responsável pela política de direitos humanos em 2014, enquanto, em 2012, um estado (Amapá) ainda não possuía tal estrutura;
- Em 2014, 2 457 municípios apresentaram estrutura específica de gestão de direitos humanos (44,1% do total), um crescimento significativo desde 2009, quando 1 408 municípios tinham tal estrutura (25,3% do total).

- **Dentre as políticas, programas, planos ou ações investigadas, a proteção à mulheres vítimas de violência doméstica foi a mais recorrente: 45,2% dos municípios e 24 Unidades da Federação;**
- **Também relacionado ao tema da violência, a proteção às vítimas diretas e/ou indiretas de violência ocorreu em 41,7% dos municípios e 23 Unidades da Federação;**

- **Políticas de promoção da igualdade racial foram bastante recorrentes nas UFs, sendo presentes em 23 delas, porém menos frequentes nos municípios (1 168 ou 21,0%);**
- **Com relação a existência de legislações específicas, aquelas de proteção dos direitos do público LGBT estava presente em 10 UFs e 32 municípios.**
- **O reconhecimento do nome social de travestis e transexuais estava presente em 12 UFs e 29 municípios;**

- **Em 2014, as políticas de promoção mais recorrentes foram, para municípios e UFs, respectivamente, lazer para crianças e adolescentes (4.199 municípios ou 75,4% do total) e acolhimento institucional (23 UFs);**
- **Quanto às políticas de proteção de direitos, destaca-se a erradicação do trabalho infantil, em 26 UFs (exceto Rio Grande do Norte) e 3.637 municípios (65,3% do total).**

# Segurança pública



- **Em todo o país, havia 425.248 policiais militares (9,8% de mulheres) e 117.642 policiais civis (26,4% de mulheres) em 2014;**
- **Do total do efetivo das polícias, havia um policial militar para 473 habitantes e um policial civil para 709 habitantes;**
- **Dentre as 22 UFs que declararam possuir plano de distribuição regional do efetivo da polícia militar, os principais critérios adotados foram densidade demográfica e a incidência da criminalidade.**

- **O percentual dos municípios que tinham guarda municipal passou de 14,1%, em 2006, para 19,4%, em 2014, sendo que em 15,6% destes (169 municípios), a guarda utilizava arma de fogo.**

# Segurança alimentar e nutricional

- **Em 2014, todas as UFs e 60,4% dos municípios (3.363) não possuíam estrutura organizacional para tratar da política de segurança alimentar;**
- **Dentre as 10 ações de segurança alimentar investigadas, a atividade de educação alimentar e nutricional era desenvolvida em 24 UFs. Por outro lado, apenas 6 estados mantiveram cozinhas comunitárias;**

- **A educação alimentar e nutricional também foi a atividade mais praticada pelos municípios, presente em 61,2% deles (3.411);**
- **Ações de manutenção de bancos de alimentos e de restaurantes populares tiveram altos percentuais nos 39 municípios com mais de 500.000 habitantes, sendo realizadas em 56,7% (20) e 58,9% (22), respectivamente;**

- **No Nordeste, destaca-se a ação de implantação de tecnologias de acesso à água para consumo humano (cisternas), presente em 54,2% (973) dos seus municípios;**

# Cartograma 16 - Estados com repasse de recursos aos municípios de seu âmbito para o desenvolvimento de programas, projetos e/ou serviços públicos de apoio à produção, abastecimento e consumo de alimentos - 2014



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Estaduais 2014 e Diretoria de Geociências, Coordenação de Geografia.

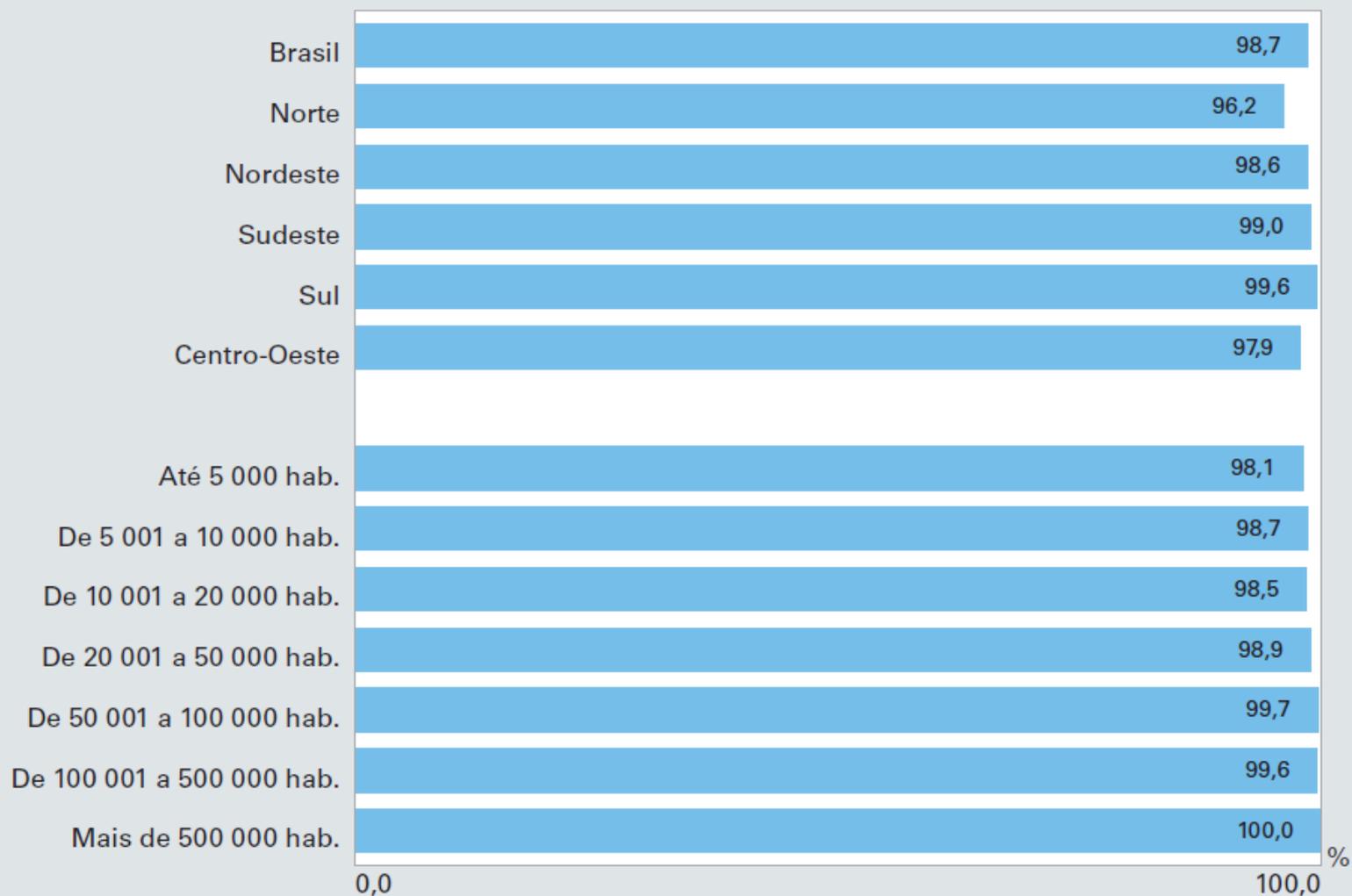
# Vigilância sanitária

- **Das 27 UFs, 25 informaram que a estrutura organizacional de vigilância sanitária fazia parte da administração direta como um setor subordinado à Secretaria de Saúde;**
- **Com relação aos municípios, 5 448 possuíam estrutura específica para a vigilância sanitária, sendo que 5 440 (97,8%) pertenciam à administração direta. Destes, 4 999 (89,7%) eram ligados diretamente à Secretaria Municipal de Saúde;**

- **Entre as 27 UFs, 17 possuíam um sistema de informações para o conhecimento do número de estabelecimentos e serviços que estão sob a responsabilidade da vigilância sanitária, sendo que em 13 UFs era possível acessá-lo pela internet;**
- **5.225 municípios possuíam cadastro municipal de estabelecimentos sujeitos às ações de vigilância sanitária, porém, em 1.034 municípios, o cadastro não estava atualizado.**

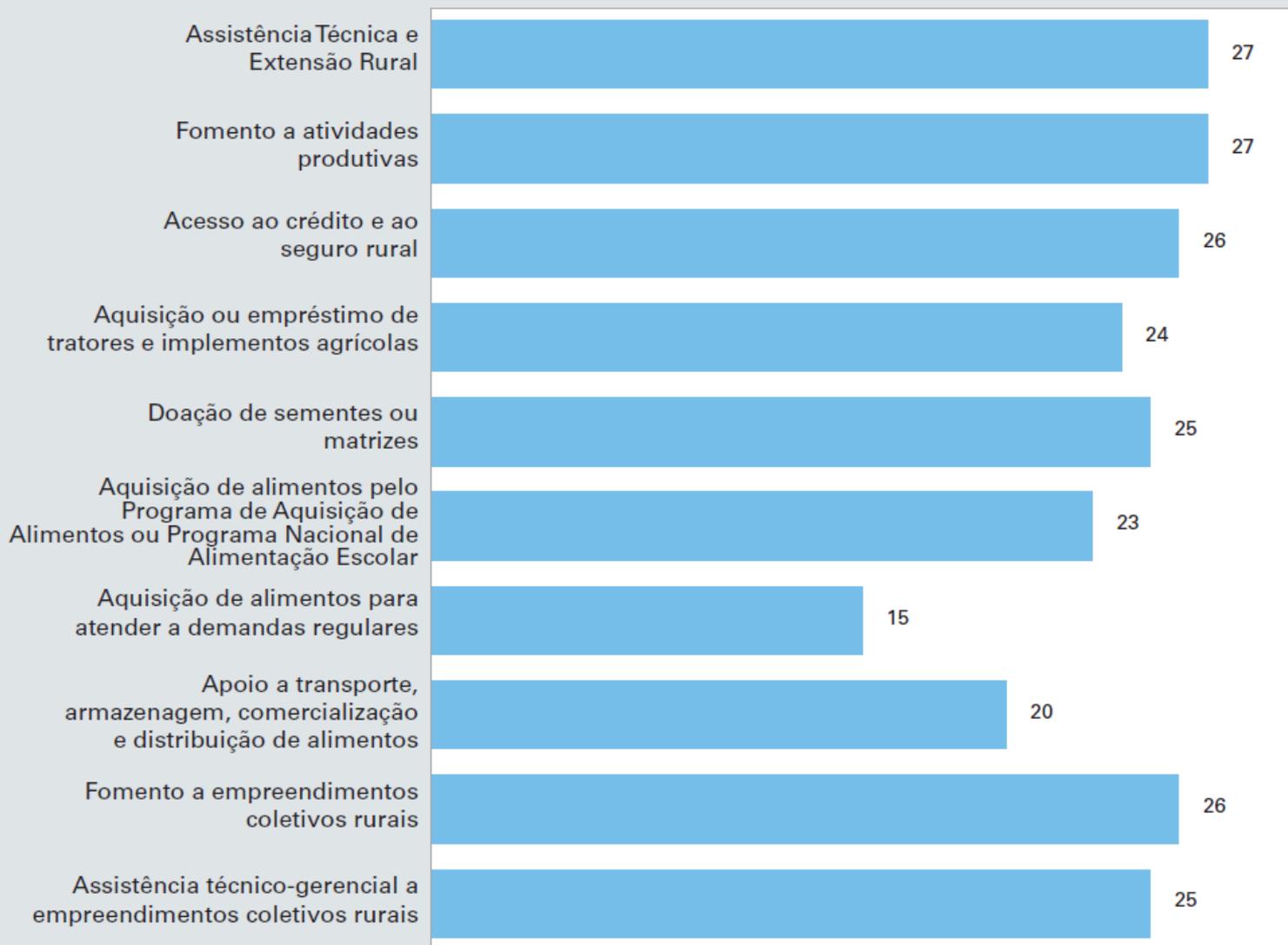
# **Suplemento de Inclusão Produtiva**

**Gráfico 2 - Percentual de municípios que desenvolveram ação de inclusão produtiva, segundo as Grandes Regiões e as classes de tamanho da população dos municípios - 2014**



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2014.

**Gráfico 3 - Número de Unidades da Federação com ações de inclusão produtiva rural, segundo o tipo de ação - 2014**

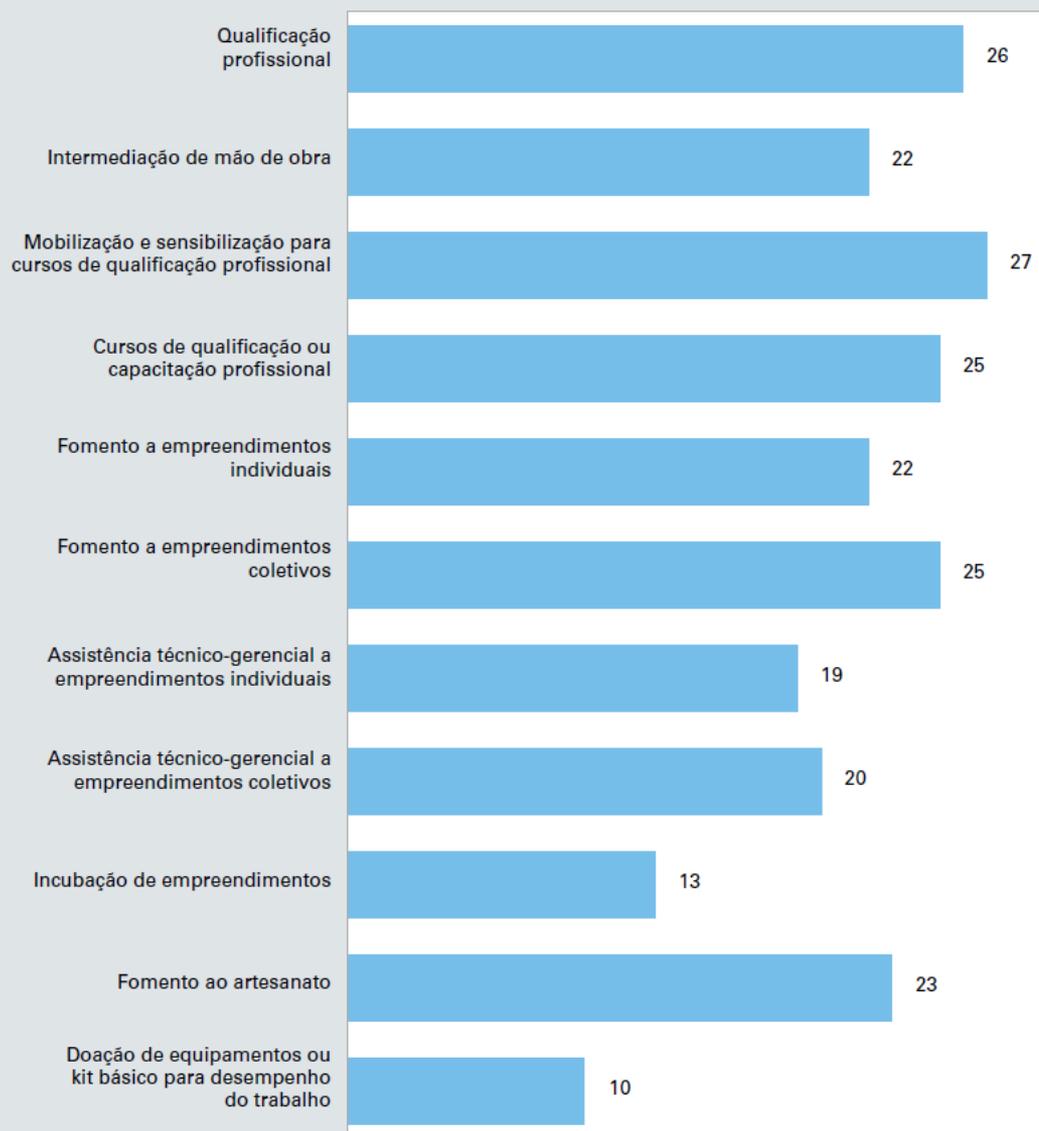


- **Dos 5 570 municípios, 96,9% (5 400) desenvolviam alguma ação de inclusão produtiva rural.**
- **A aquisição de alimentos por meio do PAA e do PNAE foram os que mais se destacaram, sendo desenvolvidas por 84,3% (4 697) dos municípios do País;**
- **A aquisição de alimentos para atender a demandas regulares de restaurantes universitários, presídios, hospitais, entre outros, era realizada por 17,5% (974) dos municípios.**

- **Em 26 UFs, as ações de assistência técnica e extensão rural tinham como público-alvo os agricultores familiares, pescadores artesanais e aquicultores;**
- **No caso dos assentados da reforma agrária, as ações de assistência técnica ocorriam coordenadas com as de fomento a atividades produtivas e ao acesso ao crédito e ao seguro rural.**

- **Em mais de 96,0% dos 5 400 municípios que desenvolviam alguma ação de inclusão produtiva rural, o público-alvo eram os agricultores familiares em todas as ações pesquisadas;**
- **Em 41,5% dos municípios que desenvolviam ação de doações de sementes ou matrizes de pequenos animais, estas eram destinadas aos assentados da reforma agrária;**

**Gráfico 11 - Número de Unidades da Federação com ações de inclusão produtiva urbana, segundo o tipo de ação - 2014**

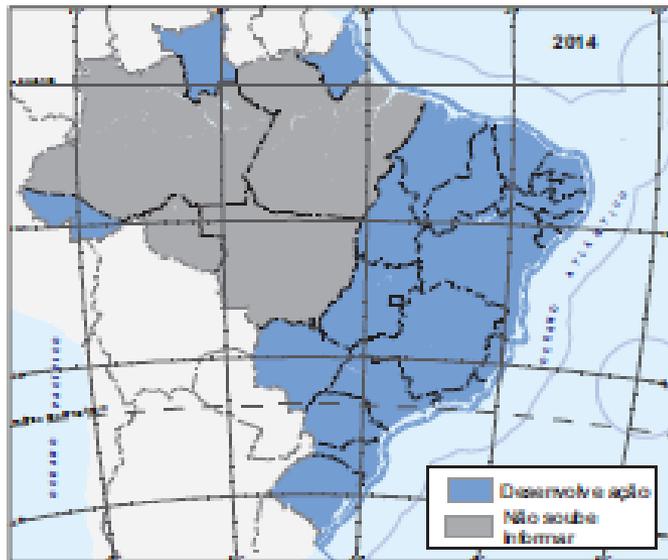


- **A oferta de cursos de qualificação ou capacitação profissional foi a ação mais citada pelos municípios;**
- **O fomento ao artesanato também se destaca pelo percentual de municípios que declarou ter implementado esta ação em todas as classes de tamanho da população;**

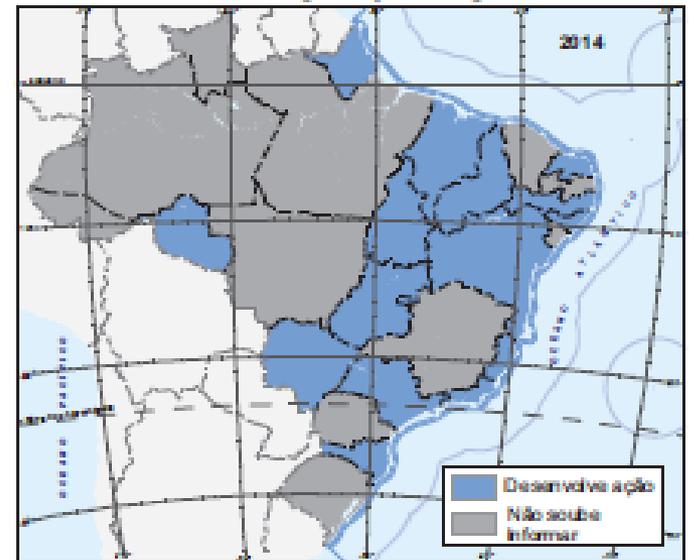
- **Com relação às ações de inclusão produtiva urbana implementadas pelas gestões estaduais e municipais, o maior número foi direcionado aos inscritos no CadÚnico, aos beneficiários do programa Bolsa Família e aos desempregados. O menor número de ações foi para a população em situação de rua.**

- **16 UFs realizavam ações de acesso ao crédito através de outras instituições, como o Banco do Povo ou outras organizações congêneres voltadas à oferta de microfinanças a empreendedores populares e de baixa renda;**
- **Já o acesso ao crédito através dos Programas de Geração de Emprego e Renda - PROGER Urbano, destinados a atividades intensivas em mão de obra e na modernização de setores específicos, foi praticado em 5 estados;**

Promover o acesso a microcrédito produtivo orientado



Acesso a crédito por meio do Banco do Povo ou outras organizações congêneres



Acesso a crédito do Proger urbano

